

## A DIALÉTICA ENTRE A CHAMADA GLOBALIZAÇÃO E O ESTADO NACIONAL

Gianni Fresu<sup>1</sup>

**RESUMO:** Este artigo discute os processos de mundialização da economia. Eles não são um fenômeno recente, mas uma tendência que atravessou em profundidade toda a fase de expansão da economia gerada da revolução industrial, mas também, em formas diferentes, as precedentes. Não casualmente Marx e Engels falam já no *Manifesto do partido comunista* do processo de internacionalização da produção, do consumo e do abastecimento das matérias primas. Uma condição de interdependência que determina novas exigências, envolvendo também a produção imaterial num processo que «das literaturas nacionais e locais se desenvolve para uma literatura mundial».

**Palavras-chave:** Mundialização. Marx. Engels.

Os processos de mundialização da economia não são um fenômeno recente, mas uma tendência que atravessou em profundidade toda a fase de expansão da economia gerada da revolução industrial, mas também, em formas diferentes, as precedentes. Não casualmente Marx e Engels falam já no *Manifesto do partido comunista* do processo de internacionalização da produção, do consumo e do abastecimento das matérias primas. Uma condição de interdependência que determina novas exigências, envolvendo também a produção imaterial num processo que «das literaturas nacionais e locais se desenvolve para uma literatura mundial». Mas é sobretudo a universalização do modo de produção e distribuição burguesa a esclarecer que a origem dos fenômenos geralmente definidos como “globalização” não é recente:

Com o rápido melhoramento de todos os instrumentos de produção, com as comunicações infinitamente mais cômodas, a burguesia puxa na civilidade todas as nações mais barbaras. Os baixos preços das suas mercadorias são a artilharia pesada com a qual derruba todas as muralhas chinesas e com a qual constringe à capitulação a mais obstinada xenofobia dos bárbaros. Ela obriga todas as nações a adoptar o sistema de produção da burguesia, se não querem introduzir nos seus países a chamada civilidade, ou seja, a tornar burgueses. Numa palavra, ela cria um mundo a sua imagem e semelhança<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> Gianni Fresu é doutor de pesquisa em Filosofia na Universidade dos Estudos “Carlo Bò” de Urbino, professor convidado na Faculdade de Filosofia e Ciências (UNESP), Marília (SP), para desenvolver atividades de pesquisa e didáticas junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, bem como para participar dos trabalhos do Grupo de Pesquisa “Cultura e Política do Mundo do Trabalho”.

<sup>2</sup> Karl Marx, *Il Manifesto del partito comunista*, Editori Laterza Bari, 1999 pag. 11

Com ainda mais precisão no terceiro volume do *Capital* está indicado como o controlo das colônias, não só como destinação das mercadorias, mas como lugar onde exportar capitais e explorar mão de obra a baixo custo, seja uma resposta à queda tendencial da taxa de lucro. Já no *Capital* Marx assinala que a divisão entre as potências dos Países subdesenvolvidos seja uma tendência destinada a aumentar exponencialmente e como a mesma não responda as velhas formas do colonialismo original, mas seja uma função avançadíssima para garantir uma nova remuneração dos capitais indispensável para compensar aquela queda tendencial<sup>3</sup>.

A dialética conceptual entre a chamada globalização e questão nacional envolve dinâmicas, sujeitos e opções ideológicas bem diferentes. Por exemplo, além dos grupos políticos não-global, o surgir de movimentos que reivindicam novos espaços de soberania ou independência no seio dos velhos Estados nacionais representa um elemento que contradiz profundamente as previsões dos teóricos do paradigma da globalização, levando com si algumas contradições históricas não resolvidas pela internacionalização da economia.

Estes movimentos levam ou favorecem a uma nova valorização das originárias matrizes linguísticas, étnicas e culturais submetidas no passado pelos processos de integração nacionais, isso acontece não só nas regiões periféricas, subdesenvolvidas ou ex-colônias, mas também no centro da Europa, pensamos só aos muitos movimentos independentistas em nações como Espanha, Itália, França, Grande Britânia e ao incrível desenvolvimento deles nos últimos dois decênios.

Este fenómeno é provavelmente uma das mais claras negações das afirmações sobre o suposto fenómeno da extinção do Estado que tanto os apologistas da globalização (globalistas), quanto os seus contestadores (não-global), identificam como resultado desse processo irreversível conexo à internacionalização das relações políticas e económicas. Pelo contrário, o desafio à integridade político-territorial dos Estados lançada das políticas das identidades, por estas áreas étnicas e regionais, não tem a tarefa da eliminação do Estado-nacional, mas, pelo contrário, a vontade de construir novos Estados independentes.

## **Globalistas e Não-Global**

Na passagem do século XX ao XXI o pensamento liberal celebrou o seu domínio mundial através aquele novo paradigma das relações internas e internacionais chamada “globalização”. Isso favoreceu o surgimento de vários estudos, pesquisas e publicações nas quais foi afirmado o nascimento de uma nova idade da história da humanidade, com a superação das estruturas pré-

---

<sup>3</sup> Karl Marx, *Il Capitale*, Editori Riuniti Roma, 1994 , III volume pgg. 259- 292

modernas, onde tudo era fatalmente destinado a mudar por efeito do primado das leis do mercado, indomáveis a qualquer tentativa ideológica de regulamentação da política.

Varios estudiosos falaram da globalização como uma marcha inevitável da humanidade, com a queda definitiva de todas as barreiras nacionais, para uma única sociedade e civilidade mundial baseada no capitalismo. O exemplo mais famoso é Francis Fukuyama que já num artigo do 1989 avançou a hipótese que a democracia liberal, triunfante sobre as outras ideologias rivais, tivesse sido o ponto de chegada da evolução da humanidade, a definitiva forma de governo entre os homens, porque, ao contrário das outras, demonstrou-se sem profundas contradições internas. A tese sobre a extinção do Estado nação e sobre a natureza transnacional do capitalismo mundial pareciam fornecer uma explicação plausível às novidades mais superficiais e emergentes que saiam do contexto internacional com a fim da guerra fria<sup>4</sup>.

Entre estas previsões, muitos falaram de uma progressiva superação dos Estados nacionais e da libertação do capitalismo dos condicionamentos políticos ideológicos. Então um processo tumultuoso sem tarefas nem conexões políticas, mas com uma sua lógica que tem origem nas aspirações dos homens a melhorar o próprio destino e que se realiza através do inexorável mecanismo do mercado. Portanto, a globalização como entidade fornecida de vida própria, sem conexões com a política. Assim como até o surgimento da crítica da economia política as leis do mercado foram apresentadas como fruto de uma ordem natural, não o resultado de um processo político-econômico historicamente determinado, e a economia política não foi considerada correspondente a um padrão ideológico, aquele liberal, mas a objetiva ciência econômica, o mesmo aconteceu para a globalização e a representação do capital transnacional e das leis do mercado global como entidades sem donos nem raízes nacionais.

Segundo um estudioso como Antony McGrew<sup>5</sup> seria útil ir além das leituras mais ideológicas e infecundas para chegar a uma investigação conceptual rigorosa da globalização, sem reduzi-la simplesmente a pura lógica econômica, capaz de localizar historicamente as formas da globalização para compreender as suas dinâmicas e as interconexões espaço-temporais.

O termo globalização tem interpretações diferentes e as vezes contrastantes entre eles, mas tais definições não necessariamente são alternativas, pelo contrário, a natureza complexa e as suas múltiplas dimensões levam para uma conceptualização à mosaico pela qual diferentes

---

<sup>4</sup> F. Fukuyama, *La fine della storia e l'ultimo uomo*, Rizzoli Milano, 1992.

<sup>5</sup> A. McGrew, *Global Transformation: Politics, Economics and Culture*, Polity Press, Cambridge, 1999.

interpretações apresentadas como opostas podem ser, na realidade, complementares: cada uma delas ajuda a explicar um aspecto, mas não a totalidade do fenômeno. As variantes fundamentais que entendem os elementos materiais, espaço-temporais e cognitivos da globalização, são tendencialmente orientadas para a recíproca integração, mais do que negar-se.

Antes de mais nada, para McGrew, a globalização não é simplesmente uma mudança em extensão e tamanho das relações e das atividades sociais, mas envolve uma mais ampla reorganização e rearticulação do poder econômico, político, militar e cultural. Em segundo lugar, contrariamente à vertente que apresenta este fenômeno como um qualquer de totalmente novo e original, ele sublinha a sua natureza processual e a origem histórica não recente.

Os processos de globalização têm assim raízes na revolução geográfica e mercantil do 1500 e desenvolvem-se em três fases, até a idade contemporânea, que são define todas formas históricas da globalização, embora diferentes para características geográficas, infraestruturas de poder e organização. Então, por em comparação estas formas históricas e a única maneira para localizar os elementos novos. Seguramente nesse processo é possível falar de uma progressiva limitação na soberania estatal, todavia, não seria verdadeira a tese sobre o esvaziamento o a erosão do Estado e ainda menos aquela sobre a sua extinção pela internacionalização. Pelo contrário, as interconexões globais levam ao emergir de um Estado ainda mais ativo, pois ele é constringido a instaurar intensas colaborações e cooperações multilaterais, sendo envolvido em estruturas de *governance* globais ou regionais. A verdadeira mudança da originária concepção *westfaliana* da soberania, acontece na superação da distinção entre questões internas e internacionais, que levam os primeiros a ser internacionalizados e os segundos a ser domesticados.

Outros estudiosos, como Robert Gilpin<sup>6</sup>, contestam a ideia pela qual as forças transnacionais da globalização econômica teriam enfraquecido soberania e funções do Estado nacional, pelo contrário, ele afirma que este sujeito fica ainda, seja nos negócios internos, sejam naqueles internacionais, o principal ator. Portanto, é verdade que o Estado-nação sofre vários ataques que determinam profundas mudanças, mas estes não significam a eliminação do Estado. Seguramente as implicações transnacionais da econômica impuseram mudanças no conceito de soberania Estatal, mas por Gilpin seja a extensão do que é definido globalização econômica, seja as suas consequências políticas, foram demais exageradas sem considerar que também aquele atual fica sempre um mundo dominado pelos Estados. Então, a realidade ficaria bem mais complexas das representações superficiais sobre a globalização.

---

<sup>6</sup> *Culture e conflitti nella globalizzazione*, a cura di Elisabetta Batini e Rodolfo Ragonieri. Leo S. Olschki Editore, Firenze, 2002.

A chamada globalização econômica, além do ser mais limitada do quanto em geral não se reconheça, tem um impacto político bem irregular que muda profundamente em relação ao contexto. Os serviços e a produção industrial ficam menos globalizados em comparação com a finança, os efeitos da internacionalização sobre a soberania mudam profundamente em relação ao tamanho e a potência econômica da nação. Assim as grandes potências como os EUA e a Europa ocidental seriam menos sujeitas à desestabilização dos fluxos financeiros dos pequenos Estados. Contrariamente à vulgata prevalente, segundo Gilpin, não só a globalização não erodiu a soberania estatal das grandes potências, mas acrescentou a sua importância, particularmente para a competitividade internacional e a liberalização dos fluxos por capitais e mercadorias. Podemos pensar nesse sentido à extensão da hegemonia alemã na península balcânica, que favoreceu a destruição da República jugoslava nos anos 1990, ou aquela da União Europeia para o leste até a Ucrânia hoje.

Também Segundo Davi Held<sup>7</sup>, a Tese sobre a fim do Estado nacional seria uma leitura superficial do recente desenrolar histórico. Embora os múltiplos níveis de *governance* internacional podem produzir momentos de limitação e desestabilização das esferas tradicionais do exercício das soberanias estatais, em última análise, o resultado é um aumento dos setores da intervenção do Estado nacional, a entidade que também nesse contexto segue a ficar o principal ponto de referimento.

O que, segundo ele, é superado (por efeito da crise das posições liberais e marxistas) não é o Estado nacional, mas a polarização clássica entre as concepções que atribuem alternativamente ao Estado ou ao povo a titularidade da soberania. Isso porque a globalização mostrou os limites e as unilateralidades das duas concepções opostas: conceber a política como esfera só institucional, separada da sociedade civil, que não interfere com as regras do mercado; considerar a realidade política e institucional como consequência imediata e direta das relações de produção, subestimando todos aqueles elementos não diretamente reconduzíveis à estrutura econômica. Uma crise que vai a envolver também as duas articulações contemporâneas dessas ideologias: o chamado pensamento neoliberal dos *Iper globalistas* e o a nova teoria comunitária post-ideológica dos chamados dos Não-global.

### **Impero global ou imperialismo?**

A globalização se afirmou historicamente cada vez que se determinou um novo desenvolvimento nos transportes, nas comunicações, nos comércios. As últimas quatro décadas do

---

<sup>7</sup> D. Held, *Democrazia e ordine globale*, Asterios, Trieste, 1999

século XIX geralmente são definidas como a idade da Segunda revolução industrial, sem algum exagero determinista, se trata de um processo internacional que em pouco tempo transforma radicalmente sistemas de produções, relações sociais, dinâmicas políticas e também estilos de vidas. Estas mudanças produzem uma confiança sem limites para o progresso industrial e científico, assim se afirmam os mitos do positivismo filosófico e do determinismo econômico social. Na cultura, na arte, nos fenômenos do costume estes são anos de incrível otimismo riqueza e luxo para a burguesia, os famosos anos da “belle époque”. A principal revolução que, nesse contexto, leva à internacionalização do mercado e da produção é aquela dos meios de transporte, em primeiro lugar com a idade áurea das ferrovias e a realização de ligações antes impensáveis, como a linha de trem New York San Francisco (o emblema da conquista do West) realizada entre o 1862 e 1869, a Transandina entre Chile e Argentina acabada no 1910, a Transiberiana (1891-1904) entre Mosca e Vladivostok. A aplicação das descobertas científicas na navegação favorece a construção de navios mais velozes e grandes com a realização de novas rotas: no 1869 foi acabado o istmo de Suez, que devolveu ao Mar Mediterrâneo a sua antiga centralidade como lugar de conexões entre ocidente e oriente; no 1859 foi realizado o canal de Kiel que acrescentou as comunicações no Mar do Norte; no 1914 foi a vez do Canal de Panamá. Hoje se fala muito da chamada globalização, na verdade a maior internacionalização do mercado foi neste período histórico que antecipa a primeira guerra mundial.

Como escreveu Paul Bairoch<sup>8</sup>, a história comercial dos Países desenvolvidos foi quase inteiramente uma história protecionista. Com a exceção da Inglaterra, que assumiu uma posição favorável ao liberalismo no mercado só 150 anos depois a sua Revolução Industrial, a política do *Laissez-fair* se desenrolou apenas para dois decênios coincidentes com a fase mais crítica da economia no século XIX. Através de uma articulada investigação histórico-econômica Bairoch destruiu a mitologia sobre a existência real de uma idade áurea da liberdade de troca europeia, invertendo a afirmação tradicional pela qual a liberdade de troca seria a regra e o protecionismo a exceção. Pelo contrário, a história da economia mundial nos explica que a regra é o protecionismo e a liberdade de troca a exceção. Mais em geral, Bairoch destruiu a mitologia sobre o desenvolvimento daquele século, afirmando que o nível do crescimento no período 1800-193 foi bem menor do que os economistas falaram, não ultrapassando um índice médio anuo do PIB 1,5%.

Sobre este contexto geral, Lenin escreveu em 1916 a sua obra (*Imperialismo fase suprema do capitalismo*) mais famosa e politicamente explosiva, mas que recentemente foi objeto de múltiplas contestações pois tanto os Globalistas, quanto os Não-Global, afirmaram a total inatualidade, na época da globalização, da categoria abordada nessa obra: o imperialismo. Segundo Lenin, entre 1860

---

<sup>8</sup> Paul Bairoch, *Economia e storia mondiale: miti e paradossi*, Milano, Garzanti, 1998.

e 1870 alcança-se o apogeu da livre concorrência; com a crise de 1873 começa a delinear-se o sistema dos carteis; depois, entre 1890 e 1903 (ano do começo de uma nova crise), observa-se um crescimento nos negócios e nas trocas que levam para uma, cada vez maior, concentração e centralização dos capitais. A organização por carteis se torna base fundamental de toda a vida econômica, e não mais um fenômeno transitório ligado a um momento da conjuntura. Segundo a expressão de Lenin, o capitalismo transformou-se em imperialismo.

Ligada a essa evolução do modo de produção, temos uma crescente contraposição internacional dos interesses nacionais. A interpretação científica do aumento da conflitualidade entre as grandes potências capitalistas, para o predomínio nos Países coloniais, até o estouro da primeira guerra mundial, produz um violento enfrentamento político e intelectual no começo do XX século. O primeiro trabalho que se refere as transformações nas modalidades de domínio e expansão do capitalismo é *Imperialism*, escrito no 1902 pelo economista John Atkinson Hobson<sup>9</sup>, depois, no 1910 o intelectual marxista Rudolf Hilferding<sup>10</sup> edita *O capital financeiro*, um trabalho indispensável no percurso de análise sobre as transformações nas relações entre capital bancário e produtivo. Sinteticamente Lenin definiu as características do imperialismo em cinco pontos essenciais:

1. A concentração e centralização dos capitais até tendências monopolistas, com que pequenos grupos – com o sistema das Holdings e das sociedades a cadeia – controlam inteiros setores produtivos;
2. A prevalência do capital financeiro sobre a produção, como resultado do estreito entrelaçamento entre capital bancário e industrial;
3. A prevalência das exportações dos capitais em comparação com as mercadorias – e então a pesquisa de áreas onde explorar a mão de obra a baixo custo e madeiras primas.
4. A divisão do mundo em áreas de influências e domínio;
5. O uso da guerra como instrumento para obter novas repartições, a superação da condição da estagnação econômica e por fim da crise.

O processo de concentração e centralização dos capitais para formas monopolistas leva «a mais universal socialização da produção», todavia, a apropriação dos produtos e dos proveitos fica

---

<sup>9</sup> J. A. Hobson, *L'imperialismo*, (a cura di) L. Meldolesi, Istituto Editoriale Internazionale, Milano, 1974.

<sup>10</sup> R. Hilferding, *Il capitale finanziario*, Feltrinelli, Milano, 1976.

privada, «os meios sociais de produção ficam também propriedade de um pequeno número de pessoas. Não muda o quadro geral da livre concorrência, formalmente reconhecida, mas a opressão que os poucos exercem sobre o resto da população é cem vezes mais grave e insuportáveis»<sup>11</sup>.

Lenin descreve esta luta entre os grandes monopólios para o domínio de produção e mercados com métodos violentos que tem um precedente só na origem mesma do capitalismo e na expropriação dos trabalhadores dos meios de produção deles, com a privatização dos campos e acumulação originária dos capitais. Nesse processo assume um valor absoluto a transformação de formas e funções dos bancos. Em primeiro lugar temos a eliminação daqueles pequenos pelos grandes, e depois à mudança deles em proprietários dos capitais das empresas. Com a transformação financeira da economia e o crescimento dos negócios surge um único «capitalista coletivo». O progressivo crescimento das funções dos bancos leva, por fim, as empresas a tornar sempre mais dependentes, até a fusão com as maiores empresas industriais e comerciais, através da posse das ações e o ingresso nos conselhos da administração das empresas. A simbiose entre capital bancário e industrial leva ao nascimento de um novo capitalismo, aquele financeiro, que identifica os seus interesses com aqueles nacionais e vice-versa, assim «a união pessoal dos bancos com as indústrias é completada com a união pessoal de ambos com os governos». A pedra angular deste sistema fica naquele que Lenin define o sistema da participação das holdings com o qual, controlando o um bloco acionário, se alcança a controlar inteiros setores produtivos. Este sistema, escreve Lenin, favorece a manipulação, a fraude no balanço fiscal, com dano para o público, pela irresponsabilidade das empresas mães em relação as empresas filhas. O desenvolvimento enorme antes e depois a primeira guerra mundial, até a crise do 1929, favoreceu este processo doente da economia.

Em comparação com o capitalismo clássico, cuja finalidade estava na exportação de mercadoria, o capitalismo monopolista tem a tarefa de exportar capitais. No capitalismo, escreve Lenin, os meios dos proveitos não só utilizados para elevar o nível de vida das massas populares no próprio País, porque o aumento dos salários teria produzido a diminuição dos proveitos. O capitalismo pesquisa novas formas de remuneração do capital exportando-o em Países não ainda desenvolvido, no XIX e XX século foi a mesma história do Brasil, onde é possível explorar mão da obra e madeiras primas a baixo custo. Então, na fase de maturidade do capitalismo a exportação dos capitais torna uma exigência fundamental para evitar a caída tendencial do ensaio de proveito e para conseguir dois tarefas: aumentar os proveitos e obter uma redução do custo do trabalho na pátria mãe através da concorrência do trabalho disponíveis nas colônias, uma outra dinâmica muito atual no capitalismo contemporâneo.

---

<sup>11</sup> V. I. Lenin, *L'imperialismo fase suprema del capitalismo*, La Città del sole, Napoli, 1994, pag. 54.

A luta para o controlo do mercado mundial, leva, portanto, a divisão internacional para esferas de influência por parte dos grupos monopolistas e dos estados que encarnam os interesses deles. Se trata de um fenómeno que tem o seu apogeu entre o final do XIX século e a primeira guerra mundial. O domínio colonial tem diferentes gradações: desde a conquista militar direta até a penetração dos capitais e a exploração exclusiva nos territórios dos estados formalmente independentes, mas nas realidades sujeitadas das grandes potências. Todo isso gera uma luta sempre mais violenta entre elas.

Quanto mais o capitalismo é desenvolvido, tanto mais aguda é a concorrência e a caça as fontes de madeiras primas e a luta para a conquista das colônias. Assim o capital financeiro, em geral, faz esforços para tomar quanto mais território possíveis, em pesquisa só de possíveis fontes de madeiras primas, com o medo de ficar em atraso na luta para o controlo do último pedaço de terra não ainda dividido<sup>12</sup>.

Por isso, a consequência última e natureza do imperialismo fica no instrumento da guerra, porque com a divisão do planeta já acontecida uma nova divisão do mesmo é o só modo para sair da estagnação e da crise econômica, com a conquista de novos potenciais proveitos e com aqueles garantidos as grandes empresas através do estado de guerra. O desastro da primeira guerra mundial é a tradução concreta deste processo, numa fase as contradições entre as potências capitalistas não só mais resolvíveis.

Geralmente a crise do 1929, assim como a primeira guerra mundial, é apresentada como uma consequência desse tipo de desenvolvimento da economia, mas, novamente, Bairoch contestou essa representação, assim como as afirmações sobre a profundidade dessa crise. Segundo ele, por exemplo, os anos 1920 não foram seguramente anos de liberdade entre as trocas comerciais, mas também não foram o apogeu do protecionismo alfandegário, e para confirmar essa afirmação ele esclarece que naquela década quase todos os Países reduziram os próprios impostos alfandegários e então o período que precedeu a queda do 1929 foi caracterizado por políticas comerciais mais abertas em comparação com as décadas anteriores.

Segundo Gilpin, os processos de integração da economia mundial contemporânea são na realidade irregulares e limitados a algumas frações da economia, ao ponto que se pode afirmar que para muitas questões o mundo atual parece menos integrado do que não fosse no século XIX e até a primeira guerra mundial. Sob o regime do *Gold Standard* e a influência da doutrina do "*laissez faire*" os mercados foram mais determinantes e os governos tinham pouco poder sobre os negócios econômicos, enquanto os governos nacionais, hoje, têm mais instrumentos para gerir as próprias

---

<sup>12</sup> *Ivi*, pag. 124.

economias. E assim, em relação à dimensão internacional, o comércio, os investimentos e os fluxos financeiros foram mais extensos ao final do 1800 do que hoje.

A mudanças características do século XX envolvem a forma e a maior velocidade dos fluxos econômicos entre os confins nacionais e a inclusão de sempre mais países na economia global, a globalização econômica é concentrada em alguns polos EUA, UE, BRICS, que gerem a maioria dos proveitos e das estratégias da economia mundial. O único âmbito pelo qual é possível falar verdadeiramente e em maneira acabada de fenômeno global é a finança, mas também essa precisaria de ser valorada com cuidado considerando sempre o papel das políticas estabelecidas pelos Estados, em particular aqueles mais fortes sobre o plano econômico e militar. Ao mesmo tempo, muitos dos problemas que os movimentos não- global (hoje em crise, mas muitos amplos entre 1998 e 2003) atribuíam à globalização, na realidade, foram a consequência de políticas nacionais e escolhas realizadas pelos governos nacionais.

Um exemplo nesse sentido é a poluição do meio ambiente muitas vezes considerada, em termos, gerais o fruto da globalização, mas que concretamente tem uma raiz estatal-nacional. A tendência a acusar a globalização para todos os problemas da vida moderna, assim como o atribuir apologeticamente a ela o mérito de cada mudança positiva, choca-se com uma realidade bem mais complexa na qual é possível localizar sujeitos e forças materiais mais concretas do que geralmente se indica com esse paradigma.

Então, *Globalistas* e *Não-global* parecem quase compartilhar o mesmo quadro analítico das dinâmicas internacionais, embora ao serviço de opostas posições políticas. Duas posições especulares, assim Toni Negri e Michael Hardt (teóricos considerados ponto de referimento para o movimento mundial anti-globalizaçã) foram para muitos elementos complementares a *Iper-globalistas* como Ohmae, Gray ou Giddens. No famoso livro *Impero*, Toni Negri e Michael Hardt descreviam a globalização como um «processo definitivo e irreversível» através do qual o modo de produção capitalista se reforma para a impossibilidade a sobreviver com as velhas formas. Nesse processo, os fenômenos de concentração e centralização, assumindo um caráter transnacional – na composição da propriedade, da distribuição territorial dos processos produtivos, das transações financeiras – teriam enfraquecido numa maneira irreversível as estruturas das economias nacionais, até anular grande parte das funções tradicionais do Estado-nação. A globalização teria limitado as possibilidades do Estado de incidir nas leis da economia com os seus instrumentos tradicionais (taxas, tarifas alfandegarias, planejamento dos investimentos públicos). Isso teria produzido consequências negativas nas políticas de redistribuição da riqueza produzida e na tutela dos direitos sociais. Uma das características mais importantes desse processo, portanto, seria o deslizamento do papel estatal

para uma nova realidade chamada «Impero» que surgiria do «crepúsculo da soberania moderna»<sup>13</sup>. Nessa realidade, o papel protagonista seria desempenhado pelas tecnocracias dos organismos supranacionais, que não só decretariam a superação do Estado-nação, mas teriam determinado uma diminuição da função hegemônica dos mesmos EUA. Dede o prefácio, Negri e Hardt afirmam: «os Estados Unidos não são mais o centro de um projeto imperialista; e, efetivamente, nenhum Estado-nação pode fazê-lo hoje. O imperialismo é acabado. Nenhuma nação será mais potência mundial como as nações da Europa moderna foram». O que aconteceu nos anos depois a publicação desse livro parece dizer coisas bem diferentes e a categoria do imperialismo para muitos estudiosos segue a ser dramaticamente atual, por isso, já no curso do 2002 ambos os autores começaram a correger as próprias teorias falando de «golpes de cauda do imperialismo», para explicar o papel dos EUA nos acontecimentos do Afeganistão e do Iraque. Apesar da tarefa radical e contestadora da ordem constituído, provavelmente, os dois autores sofreram a hegemonia da ideologia *globalista* dos neoliberais, seja para a ideia da globalização, seja para a representação a-nacional dos organismos supranacionais como o FMI ou a Banca Mundial. Isso, em parte, explica sobre o plano teórico fraqueza das posições do movimento internacional não-global e a crise na qual ele foi envolvido depois do 2003.

## REFERÊNCIAS:

N. Acocella, *Globalizzazione e Stato sociale*, Il Mulino, Bologna, 1999.

Z. Barman, *Dentro la globalizzazione. Le conseguenze sulle persone*, Editori Laterza, Bari, 1999

P. Bairoch, *Economia e storia mondiale: miti e paradossi*, Milano : Garzanti, 1998

P. Bairoch, *Diagnostic de l'evolution economique du tiers-monde 1900-1968*, par. - 4 ed. rev Paris, Gauthier-Villars, 1970.

U. Beck, *Che cos'è la globalizzazione: rischi e prospettive della società planetaria*, Carocci Editore, Roma, 1999.

---

<sup>13</sup> «No curso das últimas décadas, com a abolição dos regimes coloniais e ainda mais rapidamente depois a queda das barreiras soviéticas em frente ao mercado do mundo ocidental, temos assistido a uma irresistível e irreversível mundialização das trocas econômicas e culturais. Ao lado do mercado mundial e aos circuitos mundiais da produção surgiram uma ordem mundial, uma lógica e uma estrutura nova do poder – em síntese, uma nova forma de soberania. O Impero é o sujeito político que regula efetivamente as trocas mundiais, o poder soberano que governa o mundo» Toni Negri, Michael Hardt, *Impero. Il nuovo ordine della globalizzazione*. Rizzoli, Milano, 2002.

- J. M. Blaut, *The colonizer's model of the world. Geographical diffusionism and Eurocentric history*, New York, Guilford Press, 1993.
- J. M. Blaut, *Eight eurocentric historians*, Librum Editora, Campinas, 2013.
- N. Chomsky, *Sulla nostra pelle*, Tropea Edizioni, Milano, 1999.
- D. Cohen, *Ricchezza del mondo, povertà delle nazioni*, Edizioni di comunità, Torino, 1999.
- Culture e conflitti nella globalizzazione*, a cura di Elisabetta Batini e Rodolfo Ragonieri. Leo S. Olschki Editore, Firenze, 2002
- P. Del Debbio, *Global*, Mondadori, Milano, 2002.
- P. Del Debbio, *No global, new global: etica e governo dei cambiamenti*, Fondazione Achille e Giulia Boroli, Milano, 2006.
- F. Engels, *Sul materialismo storico*, Editori Riuniti, Roma
- Esercizi di potere. Gramsci, Said, e il postcoloniale*. A cura di I. Chambers, Universale Molteni, Roma, 2006.
- M. Ferrarese, *Le istituzioni della globalizzazione*, Il Mulino, Bologna, 2000.
- F. Fukuyama, *La fine della storia e l'ultimo uomo*, Rizzoli Milano, 1992.
- L. Gallino, *Globalizzazione e disuguaglianze*, Laterza, Roma-Bari, 2000.
- A. Giddens, *The consequences of Modernity*, Cambridge, Polity Press, 1990.
- A. Giddens, *Il mondo che cambia: come la globalizzazione ridisegna la nostra vita*, Il Mulino, Bologna, 2000.
- A. Gramsci, *Quaderni del carcere*, Einaudi, Torino, 1975.
- J. Habermass, *La costellazione postnazionale*, Feltrinelli, Milano, 2000.
- D. Held, *Democrazia e ordine globale*, Asterios, Trieste, 1999.
- D. Held, *Modelli di democrazia*, Mulino Bologna, 1989.
- R. Hilferding, *Il capitale finanziario*, Feltrinelli, Milano, 1976.
- P. Hirst, G. Thompson, *La globalizzazione della economia*, Editori Riuniti, Roma, 1997
- E. J. Hobsbawm, *Anni interessanti, Autobiografia di uno storico*. Rizzoli, Milano, 2002.
- E. J. Hobsbawm, *Nazioni e nazionalismi dal 1780 : programma, mito, realtà*. Einaudi, Torino, 2002.
- Eric J. Hobsbawm, *I banditi. Il banditismo sociale nell'età moderna*. Einaudi, Torino, 2002.

- E. J. Hobsbawm e P. Bairoch, *L'età contemporanea*, Einaudi, Torino, 1996.
- E. Hobsbawm, *Il secolo breve*, Rizzoli, Milano, 1994.
- J. A. Hobson, *L'imperialismo*, (a cura di) L. Meldolesi, Istituto Editoriale Internazionale, Milano, 1974.
- N. Klein, *No Logo*, Rizzoli, Milano, 2012.
- P. Krugman, *Economisti per caso*, Garzanti, Milano, 2009.
- G. Lafay, *Comprendere la globalizzazione*, Il Mulino, Bologna, 1998.
- La questione postcoloniale*. A cura di I. Chambers e L. Curti, Liguori, Napoli, 1997.
- S. Latouche, *L'occidentalizzazione del mondo*, Bollati, Torino, 1992
- V. I. Lenin, *Opere Complete*, Editori Riuniti, Roma, 1967.
- V. I. Lenin, *L'imperialismo fase suprema del capitalismo*, La Città del sole, Napoli, 1994.
- E. Luttwak, *La dittatura del capitalismo*, Mondadori, Milano, 1999.
- J. Mander, E. Goldsmith, *Glocal. L'alternativa alla globalizzazione*, Arianna Editrice, Bologna, 1998.
- K. Marx, *Il Manifesto del partito comunista*, Editori Laterza, Bari
- K. Marx, *Il Capitale*, Editori Riuniti, Roma, 1994
- K. Marx, *Per la critica dell'economia politica*, Editori Riuniti, Roma
- K. Marx, F. Engels, *L'ideologia tedesca*, Editori Riuniti, Roma.
- D. Massey, *Luoghi e culture della Globalizzazione*, UTET, Milano, 2001.
- A. McGrew, *Global Transformation: Politics, Economics and Culture*, cambridge, Polity Press, 1999.
- «Micromega», *Globalizzazione, violenza e democrazia*, n.4/2001.
- T. Negri, M. Hardt, *Impero. Il nuovo ordine della globalizzazione*. Rizzoli, Milano, 2002.
- S. Poland, *Storia economica del Novecento*, Il Mulino, Bologna, 2004.
- Marco Revelli, *La sinistra sociale, oltre la civiltà del lavoro*, Bollati Boringhieri, Torino 1997.
- Marco Revelli, *Oltre il Novecento*, Einaudi, Torino, 2001.
- J. Rifkin, *Il secolo biotech*, Baldini & Castoldi, Milano, 2000.

- R. Robertson, *Teoria sociale e cultura globale*, Asterios, Trieste, 1999.
- E. W. Said, *Cultura e imperialismo*, Gamberetti Editrice, Roma, 1998/ *Orientalismo*, Bollati e Boringhieri, Torino, 1991.
- V. Shiva, *Monocoltura della mente*, Boringhieri, Torino, 1995
- J. Soros, *La crisi del capitalismo mondiale*, Edizioni Ponte delle grazie, Firenze, 1999
- T. Spybey, *Globalizzazione e società mondiale*, Asterios, Trieste, 1997.
- G. Chakravorty Spivak, *Critica della ragione postcoloniale: verso una storia del presente in dissolvenza*, Meltemi, Roma, 2004.
- J. Stiglitz, *La globalizzazione e i suoi oppositori*, Einaudi, Torino, 2002.
- S. Strange, *Chi governa l'economia mondiale*, Il Mulino, Bologna, 1998.
- L. Wallach, M. Sforza, WTO, Feltrinelli, Milano, 2001.
- E. Wallerstein, *Il capitalismo storico*, Einaudi, Torino, 1985.